

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4” e é sediada em Montes Claros, MG. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2017.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(d) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(e) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(f) Investimento--O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela controlada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(g) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(h) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(i) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

(k) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(l) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(m) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(p) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(q) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau

normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(r) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2016, R\$0,2051 (R\$0,2994 em 31 de dezembro de 2015) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.
IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitida em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em exercícios subsequentes.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.
Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*)	Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações contábeis intermediárias consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2016. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios ou exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis intermediárias.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Data efetiva das alterações às normas IFRS 10 e IAS 28 (emitida em 17 de dezembro de 2015) (*)	A adoção inicial obrigatória referente às alterações das normas IFRS 10 e IAS 28 relacionadas com a determinação do ganho ou da perda com transações com empreendimentos controlados em conjunto ou com coligadas foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.	Adoção obrigatória foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.
Alterações à IAS 40 — Transferências de Propriedade para Investimento	Altera o parágrafo 57 para clarificar que a Entidade deve transferir uma propriedade de, ou para, propriedade para investimento apenas se tiver evidência de uma mudança no uso. A mudança no uso ocorre se a propriedade atende, ou deixa de atingir, os critérios para classificação como propriedade para investimento. Uma mudança nas intenções da administração para o uso da propriedade não constitui sozinha evidência de mudança no uso.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Arrendamentos (*)	A norma introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida quando a norma IFRS 15 for adotada.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 1) (*)	<p>As entidades deverão divulgar as seguintes mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento (na extensão necessária): (i) mudanças de fluxos de caixa de financiamento; (ii) mudanças decorrentes da aquisição ou perda de controle de controladas ou outros negócios; (iii) efeito das mudanças nas taxas de câmbio; (iv) mudanças nos valores justos; e (v) outras mudanças.</p> <p>O IASB define os passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "cujos fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades de financiamento". O IASB destaca que os novos requerimentos de divulgação estão também relacionados com mudanças nos ativos financeiros quem atendem à mesma definição. As alterações dispõem que uma forma de cumprir a nova exigência é através de uma reconciliação entre os saldos iniciais e finais dos referidos passivos resultantes de atividades de financiamento. As variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das mudanças de outros ativos e passivos.</p>	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (*)	<p>As alterações esclarecem que as perdas não realizadas sobre instrumentos de dívida mensurados ao valor justo e que são mensurados ao custo para fins fiscais dão origem a uma diferença temporária dedutível independentemente do titular do instrumento de dívida recuperar o valor contábil do instrumento de dívida pela venda ou utilização. O valor contábil de um ativo não limita a estimativa de lucros tributáveis futuros prováveis.</p> <p>As estimativas para os lucros tributáveis futuros excluem as deduções fiscais resultantes da reversão de diferenças temporárias dedutíveis. Uma entidade avalia um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos. Sempre que a legislação fiscal limitar a utilização de prejuízos fiscais, uma entidade deveria avaliar um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos de mesma natureza.</p>	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2014-2016	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos bancários	804	6.849	814	6.856
Operações compromissadas	9.980	-	10.004	-
Depósitos no exterior	-	-	6	10
Cambiais a liquidar	1.471	1.072	1.471	1.072
	-----	-----	-----	-----
	12.255	7.921	12.295	7.938
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
Cientes no mercado interno	102.499	81.115
Cientes no mercado externo	13.878	17.367
	-----	-----
	116.377	98.482
Provisão para devedores duvidosos	(14.746)	(12.603)
	-----	-----
	101.631	85.879
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 90 dias (85 dias em 31 de dezembro de 2015).

O saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 31 de dezembro de 2016 e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber. A composição das duplicatas a receber consolidadas por idade de vencimento é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
A vencer	88.100	72.167
Vencidas até 30 dias	5.408	5.908
Vencidas de 31 a 60 dias	1.688	1.875
Vencidas de 61 a 90 dias	1.015	930
Vencidas de 91 a 180 dias	2.807	940
Vencidas de 181 a 360 dias	1.416	2.179
Vencidas acima de 360 dias	15.943	14.483
	-----	-----
	116.377	98.482
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
Saldo no início do exercício	(12.603)	(11.729)
Adições	(2.229)	(964)
Baixas	86	90
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(14.746)	(12.603)
	=====	=====

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente o saldo das duplicatas a receber.

5. ESTOQUES

	Controladora e consolidado	
	2016	2015
Matérias-primas e secundários	17.498	23.184
Produtos em elaboração	12.526	27.264
Produtos acabados	18.882	33.981
Peças de reposição	21.874	23.407
	-----	-----
	70.780	107.836
	=====	=====

6. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Notas promissórias a receber (1)	4.580	8.396	4.580	8.396
Crédito por alienação de ativo imobilizado (2)	-	-	10.222	3.550
Adiantamentos a funcionários	1.194	785	1.194	785
Outros	1.526	3.030	1.536	3.316
	-----	-----	-----	-----
	7.300	12.211	17.532	16.047
Circulante	(6.328)	(7.314)	(11.493)	(9.067)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	972	4.897	6.039	6.980
	=====	=====	=====	=====

(1) Compõe-se de 11 notas promissórias iguais no valor de R\$290, acrescidos dos juros incorridos, com vencimentos mensais. Sobre todas as parcelas incidem juros equivalentes aos Certificados de Depósitos Bancários – CDI e possuem garantia hipotecária.

(2) Compõe-se de notas promissórias decorrentes de imóveis vendidos a prazo. As parcelas de longo prazo são compostas de 22 parcelas iguais com vencimentos mensais a partir de janeiro de 2018.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado do	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	Líquido	- %	exercício	2016	2015	2016	2015
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	15.866	100	8.912	15.866	6.954	8.912	4.953
Santanense Argentina S.A.	(85)	100	(33)	(85)	(80)	(33)	(53)
				-----	-----	-----	-----
				15.781	6.874	8.879	4.900
				=====	=====	=====	=====

8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.440	-	1.440	1.440
Edifícios	2,5	56.759	(27.355)	29.404	29.490
Instalações	6,2	56.247	(36.942)	19.305	19.611
Equipamentos	5,6	217.218	(135.988)	81.230	76.603
Usina (CTS)	4,1	17.807	(8.963)	8.844	8.814
Móveis e utensílios	9,6	3.109	(2.082)	1.027	1.155
Veículos	19,1	1.229	(952)	277	491
Computadores e periféricos	18,8	5.536	(5.150)	386	506
Obras em andamento	-	2.870	-	2.870	14.777
Outros	-	437	-	437	477
		-----	-----	-----	-----
		362.652	(217.432)	145.220	153.364
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2015	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	1.440	-	-	-	-	1.440
Edifícios	55.555	8	-	1.196	-	56.759
Instalações	54.791	15	(57)	1.498	-	56.247
Equipamentos	207.442	1.181	(2.771)	11.366	-	217.218
Usina (CTS)	17.236	560	(2)	13	-	17.807
Móveis e utensílios	3.069	45	(12)	8	(1)	3.109
Veículos	1.249	25	(24)	(12)	(9)	1.229
Computadores e periféricos	5.542	31	(86)	50	(1)	5.536
Obras em andamento	14.777	2.390	(178)	(14.119)	-	2.870
Outros	477	-	(40)	-	-	437
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	361.578	4.255	(3.170)	-	(11)	362.652
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2015	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	2016
Edifícios	(26.065)	(1.290)	-	-	-	(27.355)
Instalações	(35.180)	(1.774)	12	-	-	(36.942)
Equipamentos	(130.839)	(7.348)	2.198	1	-	(135.988)
Usina (CTS)	(8.422)	(544)	2	1	-	(8.963)
Móveis e utensílios	(1.914)	(177)	8	-	1	(2.082)
Veículos	(758)	(202)	1	(2)	9	(952)
Computadores e periféricos	(5.036)	(200)	85	-	1	(5.150)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(208.214)	(11.535)	2.306	-	11	(217.432)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Custo:

	2014	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	2015
Terrenos e benfeitorias	1.440	-	-	-	-	1.440
Edifícios	52.838	-	-	2.717	-	55.555
Instalações	51.168	18	-	3.605	-	54.791
Equipamentos	176.613	544	(2.161)	32.446	-	207.442
Usina (CTS)	15.871	1.365	-	-	-	17.236
Móveis e utensílios	2.611	315	(6)	149	-	3.069
Veículos	1.235	68	(53)	-	(1)	1.249
Computadores e periféricos	5.457	68	(21)	38	-	5.542
Obras em andamento	49.414	4.387	(69)	(38.955)	-	14.777
Outros	507	-	(30)	-	-	477
	357.154	6.765	(2.340)	-	(1)	361.578
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2014	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	2015
Edifícios	(24.860)	(1.203)	-	(2)	-	(26.065)
Instalações	(33.510)	(1.672)	-	2	-	(35.180)
Equipamentos	(125.764)	(6.906)	1.831	-	-	(130.839)
Usina (CTS)	(7.938)	(484)	-	-	-	(8.422)
Móveis e utensílios	(1.754)	(165)	5	-	-	(1.914)
Veículos	(516)	(246)	3	-	1	(758)
Computadores e periféricos	(4.842)	(214)	20	-	-	(5.036)
	(199.184)	(10.890)	1.859	-	1	(208.214)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores no mercado interno	10.397	10.592	10.401	10.596
Fornecedores no mercado externo	6	319	51	386
Partes relacionadas	2.449	4.376	2.449	4.376
	12.852	15.287	12.901	15.358
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 15 dias (16 dias em 31 de dezembro 2015).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2016	2015
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	US\$	7,3	2017	5.820	27.869
Banco do Brasil	US\$	3,6 a 6,5	2017	39.513	11.772
Banco ABC S.A.	US\$	4,2	2016	-	14.420
				-----	-----
				45.333	54.061
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	136,8 do CDI	2017	20.000	20.000
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	CDI + 4,5	2017	14.299	13.616
Banco do Brasil – Finame	R\$	2,5 a 5,5	2023	3.897	4.688
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2019	421	561
Banco Votorantim – Finame	R\$	3,5	2019	1.358	2.010
Banco Santander – NCE	R\$	8,0	2017	14.603	14.606
Banco Bradesco – CCB	R\$	135,0 e 137,5 do CDI	2018	22.739	15.252
Banco Santander – CCB	R\$	123,5 do CDI	2016	-	2.565
Banco do Brasil – CDC	R\$	16,9 a 17,2	2017	11.933	-
BDMG	R\$	107,3 do CDI	2019	16.632	-
Banco ABC S.A.	R\$	124,0 do CDI	2016	-	7.412
				-----	-----
				105.882	80.710
Total				-----	-----
Circulante				151.215	134.771
				(123.867)	(114.603)
				-----	-----
Não circulante				27.348	20.168
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$88.273 (R\$70.425 em 31 de dezembro de 2015). Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2017	2018	2019	2020 a 2023	Total
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	5.820	-	-	-	5.820
Banco do Brasil	39.513	-	-	-	39.513
	-----	-----	-----	-----	-----
	45.333	-	-	-	45.333
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	20.000	-	-	-	20.000
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	14.299	-	-	-	14.299
Banco do Brasil – Finame	793	789	789	1.526	3.897
Banco Bradesco – Finame	141	140	140	-	421
Banco Votorantim – Finame	653	651	54	-	1.358
Banco Santander – NCE	14.603	-	-	-	14.603
Banco Bradesco – CCB	15.310	7.429	-	-	22.739
Banco do Brasil – CDC	11.933	-	-	-	11.933
BDMG	802	8.176	7.654	-	16.632
	-----	-----	-----	-----	-----
	78.534	17.185	8.637	1.526	105.882
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	123.867	17.185	8.637	1.526	151.215
	=====	=====	=====	=====	=====

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está representado como segue:

	<u>Nº de ações</u>
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2016.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe “D” não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2015, foram aprovados dividendos no valor de R\$228, equivalentes à R\$0,005776 por ação ordinária e R\$0,006354 por ação preferencial e preferencial classe “D” em circulação, que foram disponibilizados a todos os acionistas com posição na data da assembleia.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de isenção de imposto de renda

A reserva de isenção de imposto de renda foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE.

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	A receber		A pagar	
	2016	2015	2016	2015
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	36.012	619	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	3.432	3.003
Coteminas S.A.	-	-	-	20
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	5.055	1.761
	-----	-----	-----	-----
Total controladora	36.012	619	8.487	4.784
	=====	=====	=====	=====
	Consolidado			
	A receber		A pagar	
	2016	2015	2016	2015
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	36.012	619	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	3.432	3.003
Coteminas S.A.	-	-	-	20
Coteminas Argentina S.A.	-	-	66	46
	-----	-----	-----	-----
Total consolidado	36.012	619	3.498	3.069
	=====	=====	=====	=====
	Encargos financeiros		Receitas (despesas)	
			2016	2015
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS		1.051	105	
Oxford Com. e Partic. S.A.		(493)	(409)	
Coteminas S.A.		-	(2)	
		-----	-----	
Total		558	(306)	
		=====	=====	

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo, cujos encargos foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (115% a 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI).

Em 2016, a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$29.028 (R\$28.806 em 2015). As transações são efetuadas a preços de mercado. O saldo a pagar referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 9.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. Em 2016, foram provisionados R\$426 (R\$395 em 2015) sob essa rubrica.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A

Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

13. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes dos impostos	(5.617)	(34.495)	(5.241)	(34.294)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(8.879)	(4.900)	-	-
Outras, líquidas	337	(61)	339	(53)
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(14.159)	(39.456)	(4.902)	(34.347)
Imposto de renda e contribuição social	4.814	13.415	1.667	11.678
Créditos fiscais não constituídos	(2.373)	-	398	1.536
Outras deduções	18	29	18	29
Total dos impostos sobre o lucro	2.459	13.444	2.083	13.243
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	-	-	(376)	(201)
Impostos sobre o lucro diferido	2.459	13.444	2.459	13.444
	=====	=====	=====	=====

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e são compostos como segue:

	Saldos em 2015	Reconhecidos no resultado	Outros	Saldos em 2016
Diferenças temporais	3.882	331	1	4.214
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	15.532	2.128	-	17.660
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	19.414	2.459	1	21.874
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Controladora		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2017	1.054	1.238	2.292
2018	-	949	949
2019	-	1.668	1.668
2020	-	2.238	2.238
2021	-	2.841	2.841
2022 e 2023	3.160	8.726	11.886
	-----	-----	-----
	4.214	17.660	21.874
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	17.809	17.532	17.809	17.532
Imposto sobre valor agregado – IVA	-	-	86	119
Reintegra	-	555	-	555
Antecipação de impostos	56	144	159	296
Outros	485	600	485	608
	-----	-----	-----	-----
	18.350	18.831	18.539	19.110
Circulante	(541)	(7.121)	(730)	(7.400)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	17.809	11.710	17.809	11.710
	=====	=====	=====	=====

14. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$8.617 e R\$234 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	2016	2015
Processos fiscais:		
INSS	827	827
PIS e COFINS	3.261	3.261
Contribuição social	791	791
Imposto de renda	1.075	1.075
IPTU	67	492
Trabalhistas	472	455
Cíveis e outras	142	151
	-----	-----
	6.635	7.052
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.403	8.750
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal contra Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia é polo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão de ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Contribuição social--Ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal com o objetivo de desconstituir glosa de retenções de IR na fonte e Embargos à Execução Fiscal cujo débito fora objeto de adesão ao REFIS nos termos da Lei 9.979/1999, não reconhecido pela Fazenda Nacional.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

IPTU--A Companhia é polo ativo em ação judicial questionando aumentos no valor do IPTU a partir do ano calendário 2014.

Trabalhistas--A Companhia é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em	Adições	Baixas	Saldos em
	2015			2016
Processos fiscais:				
INSS	827	-	-	827
PIS e COFINS	3.261	-	-	3.261
Contribuição social	791	-	-	791
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
IPTU	492	38	(463)	67
Trabalhistas	455	711	(694)	472
Cíveis e outras	151	-	(9)	142
	-----	-----	-----	-----
	7.052	749	(1.166)	6.635
	=====	=====	=====	=====

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2016	2015
Custos de adequação da capacidade de produção	(2.602)	(5.652)
Outros	(334)	(233)
	-----	-----
	(2.936)	(5.885)
	=====	=====

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ATIVOS--				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	12.255	7.921	12.295	7.938
Duplicatas a receber	101.631	85.879	101.631	85.879
Outros créditos a receber	6.328	7.314	11.493	9.067
NÃO CIRCULANTE:				
Partes relacionadas	36.012	619	36.012	619
Outros créditos a receber	972	4.897	6.039	6.980
PASSIVOS--				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos (*)	123.867	114.603	123.867	114.603
Fornecedores	12.852	15.287	12.901	15.358
Outras contas a pagar	3.650	2.827	3.671	2.934
NÃO CIRCULANTE:				
Exigível a longo prazo:				
Empréstimos e financiamentos (*)	27.348	20.168	27.348	20.168
Partes relacionadas	8.487	4.784	3.498	3.069

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP e CDI), as quais acompanham as taxas de

mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.471	1.072
Duplicatas a receber	13.878	17.367
Fornecedores	(6)	(319)
Empréstimos e financiamentos	(45.333)	(54.061)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(29.990)	(35.941)
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(9.202)	(9.204)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2017	Alta do Dólar	(9.202)	(3.024)	(11.277)	(19.530)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 10 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos

e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	2016			2015
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 137,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2018	14.166	63	-	14.229
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	8.500	129	(119)	8.510
(referência à nota explicativa nº 10)				22.739
Contrato de empréstimo -- Juros: 107,3% do CDI Contraparte: BDMG Vencimento: dezembro/2019	16.700	304	(372)	16.632
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2016	-	-	-	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 124,0% do CDI Contraparte: Banco ABC S.A. Vencimento: junho/2016	-	-	-	-
	39.366	496	(491)	39.371
	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2017	Alta do CDI	33.751	5.147	5.642	6.797
2018	Alta do CDI	17.218	2.110	2.081	2.358
2019	Alta do CDI	4.175	535	565	679
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	160.761	131.408	27.772	1.130	451
Fornecedores	12.901	12.901	-	-	-
Partes relacionadas	3.498	-	3.498	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	177.160	144.309	31.270	1.130	451
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	151.215	134.771
Caixa e equivalentes de caixa	(12.295)	(7.938)
	-----	-----
Total da dívida líquida	138.920	126.833
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	247.420	250.550
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	386.340	377.383
	=====	=====

17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para

um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	2016	2015
Vendas Líquidas:		
Brasil	339.310	300.425
Outros países	37.297	39.148
	-----	-----
	376.607	339.573
	=====	=====

18. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2016	2015
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(250.149)	(267.488)
Benefícios a empregados	(70.597)	(76.755)
INSS	(4.452)	(4.905)
Depreciação e amortização	(11.535)	(10.890)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(29.837)	10.842
Outros custos e despesas	(2.144)	(874)
	-----	-----
	(368.714)	(350.070)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	(315.061)	(293.003)
Vendas	(32.059)	(33.115)
Gerais e administrativas	(18.950)	(21.454)
Honorários da administração	(2.644)	(2.498)
	-----	-----
	(368.714)	(350.070)
	=====	=====

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	474.363	421.898
Deduções das vendas	(97.756)	(82.325)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	376.607	339.573
	=====	=====

20. PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	2016	2015
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.158)	(21.051)
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	(3.047)	(20.313)
Ações preferenciais	(111)	(738)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	-----	-----
	39.299.130	39.299.130
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	(0,0804)	(0,5340)
Ações preferenciais – R\$	(0,0804)	(0,5874)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

* * * * *